

A crise das vocações pós Vaticano II: reflexões a partir da reprodução social do clero catarinense

The vocational crisis after Vatican II: reflections from social reproduction of clergy in Santa Catarina

Marcos Alfonso Spiess¹
spiess.spiess@gmail.com

Resumo: O presente trabalho busca discutir o processo de formação de padres em Santa Catarina, com enfoque especial na reestruturação institucional da Igreja Católica pós 1960. Nesta perspectiva, o Concílio Vaticano II é compreendido a partir de um duplo desdobramento: se por um lado ele é tido como uma das causas da “crise vocacional”; por outro lado, foi o próprio Concílio que possibilitou a reestruturação institucional da Igreja – através da multiplicação das dioceses e paróquias. Isto tornou possível a criação de inúmeros seminários diocesanos, o que conseguiu manter ou mesmo aumentar o número de sacerdotes diocesano sem plena crise vocacional.

Palavras-chave: Vocação; Concílio Vaticano II; Seminaristas; Igreja Católica.

Abstract: This paper seeks to discuss the formation process of priests in Santa Catarina, with a special focus on the institutional restructuring of the Catholic Church after 1960. In this perspective, Vatican II is considered from two consequences: on the one hand, it is considered one of the causes of the "vocation crisis"; by other hand, was the Council itself that made possible the institutional restructuring of the Church – by multiplication of dioceses and parishes. This made possible the creation of many diocesan seminaries, which managed to maintain or even increase the number of diocesan priests in the middle vocational crisis.

Key-words: Vocation; Vatican II; Seminarians; Catholic Church.

¹Bacharel em Filosofia pela Faculdade São Luiz (Brusque, SC), mestre em Antropologia Social e doutorando em Antropologia pelo Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná (DEAN/UFPR). Bolsista CAPES.

Introdução

Após a década de 1960, a Igreja Católica modificou substancialmente suas posturas teológicas e pastorais, sendo o Concílio Ecumênico Vaticano II um dos acontecimentos mais importantes nesse período. Assim como os demais setores da igreja, também a formação dos padres foi transformada. No Brasil, este período ficou conhecido como “a crise das vocações”. A proposta deste trabalho é trazer a discussão outra perspectiva sobre este “período de crise” Igreja, em especial como foi experimentado pelas casas formativas em Santa Catarina².

As aspas postas na expressão crise são propositais e refletem o cuidado necessário para não incorrerem em generalizações que possam obstruir a compreensão desse tema. Neste trabalho, ao invés de partir da premissa de que houve “a crise das vocações”, opto por fazer uma reflexão sobre as transformações no âmbito teológico e pastoral, sobretudo como que Teologia da Libertação e os movimentos sociais reivindicaram uma nova postura do clero perante a sociedade.

Considerando que tais reivindicações influenciaram na própria identidade dos sacerdotes, esta discussão busca questionar: uma transformação configuraria necessariamente uma crise? O que implica pensar em “crise” das vocações?

A pesquisa ora apresentada optou por uma análise do estado de Santa Catarina, em especial quanto à reprodução dos padres diocesanos (ou seculares) nessa região. Dessa forma, não se pretende abarcar uma análise dos padres religiosos ou das vocações femininas, pois possivelmente as conclusões seriam outras³. A proposta é, a partir de análises históricas e sociológicas das vocações no Brasil, entender como estes momentos foram vividos pelos padres diocesanos catarinenses. Mais do que trazer uma história das vocações neste estado ou mesmo apresentar conclusões fechadas sobre este

²Neste artigo busco sintetizar algumas das discussões aprofundadas na minha dissertação de mestrado, intitulada *Futuros sacerdotes do senhor: a decisão vocacional entre seminaristas em Santa Catarina*, defendida em setembro de 2012 no Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná (DEAN/UFPR) e disponível em <http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/29748>.

³ Os padres religiosos, assim como todas as mulheres e homens de vida consagrada (freiras/freis, irmãs/irmãos, monjas/monges etc.) estão vinculados institucionalmente às congregações ou ordens religiosas (por exemplo: Jesuítas, Dehonianos, Redentoristas etc.). Diferentemente, os padres diocesanos, também denominados de seculares, estão vinculados institucionalmente às dioceses onde foram ordenados. Assim, enquanto que os padres religiosos mantêm vínculo com sua congregação, os padres seculares se vinculam diretamente ao bispo da diocese na qual estão incardinados. Dessa forma, ambos possuem *modus* e lógicas de formação e de atuação diferentes entre si.

tema, busca-se instigar o leitor a repensar o que efetivamente se está falando quando se faz referência à “crise das vocações”.

Para tanto, em um primeiro momento, apresenta-se brevemente o contexto após a separação *de iure* entre Igreja e Estado, ressaltando-se como que a adoção de princípios ultramontanos foi essencial para modular a formação dos padres na primeira metade do século XX. Em um segundo momento, busca-se refletir as transformações sociais e teológicas advindas com a Teologia da Libertação, a qual impunha inúmeros questionamentos sobre o papel do padre frente às novas realidades sociais. Com isto se demonstra a relevância do Concílio Vaticano II como propulsor de “novos ares” para a Igreja. A este período estão relacionadas as principais teses acerca da “crise vocacional”.

Por fim, num terceiro momento, traz-se a discussão dados censitários e demográficos, tanto em nível nacional quanto regional, para redimensionar a reflexão quanto à existência da crise. Estes dados exigem repensar o que se entende por crise vocacional, uma vez que eles apontam que desde 1970 o número de padres diocesanos no país vem aumentando todos os anos, e se intensificado ainda mais nas últimas décadas. Neste interim, considerando o atual processo de recrutamento dos padres em Santa Catarina, busco compreender como que, mesmo diante do esvaziamento dos “seminários modulares”, o clero diocesano continuou se reproduzindo.

Romanizando a Igreja e os seminários: “recatolizando de cima para baixo”

Durante o século XX, a história das vocações no Brasil passou por três momentos distintos. O primeiro momento compreende a primeira metade do século, e se caracteriza pela crítica da Igreja Católica aos “erros modernos” (racionalismo, comunismo, socialismo, separação entre Igreja e Estado), bem como pelo fortalecimento institucional da Igreja Católica no campo religioso, cultural e ideológico. Uma segunda fase, compreendida entre os anos de 1960 a 1980, é representada como os anos da “crise das vocações”. E, por fim, uma última fase iniciada nos anos de 1990 e que se estende até os dias atuais (Della Cava, 1975; Grossi, 1995), e é considerada como a “superação da crise”, pois representa um aumento no número de ordenações masculinas (Serbin, 2008).

A primeira fase pode ser compreendida pela forte influência que o movimento ultramontano teve no Brasil. Em termos gerais, o ultramontanismo foi um movimento eclesiástico que via na romanização e no resgate do estilo tridentino a solução para as dificuldades que a Igreja encontrava com o advento da “modernidade”. Especificamente no Brasil,

A partir do século XIX, a Igreja tenta superar o longo período de crise da cristandade mediante o esforço decidido na implantação do modelo eclesial tridentino no país, com a colaboração da Santa Sé. Essa reestruturação eclesiástica, liderada pela hierarquia, é conhecida com o nome de movimento dos bispos reformadores. Uma das metas principais da atuação episcopal era refrear o dinamismo político que a ideologia liberal havia gerado numa parcela significativa do clero (Azzi, 1992, p. 8).

Após a proclamação da República em 1889, e a conseqüente separação entre a Igreja e o Estado, o clero brasileiro inicia uma série de tentativas de manter alianças com os governantes com o intuito de conseguir a expansão institucional da Igreja pelo país. Por exemplo, uma dessas alianças pode ser compreendida a partir da amizade entre Getúlio Vargas e o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme.

Além das influências políticas, a Igreja mantinha uma postura expansionista, a qual incentivava a acumulação de patrimônio e a efetiva “romanização” na formação religiosa. A Santa Sé incentivava esta política através da distribuição de propriedades territoriais entre as congregações mais dependentes e leais ao Vaticano e as dioceses mais influentes politicamente (Miceli, 1988, p. 12 et seq.). De acordo com a proposta de Dom Sebastião Leme, era preciso que “se “recatolizasse” o Brasil “de cima para baixo”.

Assim, tanto pelo incentivo do ultramontanismo quanto pela amizade com Vargas, Dom Leme se tornou um dos eclesiásticos mais importantes nesse período, influenciando a redação da Constituição de 1934 e conseguindo algumas concessões constitucionais para Igreja. Entre as principais concessões que Dom Leme conseguiu, revelando a relação *de facto* entre Igreja e Estado, estão o reconhecimento do casamento religioso pela lei civil, a implementação do ensino de religião nas escolas públicas e a possibilidade do Estado financiar escolas da Igreja, seminários, hospitais, entre outras obras/instituições que mantinham vínculos com a Igreja Católica (Della Cava, 1975, p. 15).

Concomitantemente a essas transformações nacionais, em Santa Catarina este momento foi vivido através da criação da Diocese de Florianópolis no ano de 1908.

Mantendo a mesma perspectiva de Dom Leme, o então bispo diocesano de Florianópolis Dom João Becker, propunha os ideários da Igreja como um Corpo Místico, hierárquico e disciplinador⁴. Em última instância,

os pressupostos de autoridade, hierarquia, ordem e disciplina haviam sido reavivados através do discurso católico, apregoado para manter o autoritarismo que regia a *sociedade perfeita* eclesial. Em outras palavras, [...], a imagem de sociedade perfeita foi aprimorada para adequar a Igreja Católica às condições sociais e políticas vigentes, porém não alterou sua autocompreensão quanto às noções de hierarquia e autoridade (Alves, 2005, p. 13).

O ideário expansionista da Santa Sé se tornou ainda mais forte em Santa Catarina quando, em 1927, criou-se as dioceses de Lages e Joinville, alçando-se a então diocese de Florianópolis ao *status* de arquidiocese. Somente após esta expansão institucional é que se conseguiu fundar o primeiro seminário diocesano no estado, o então denominado Seminário Menor Arquidiocesano Nossa Senhora de Lourdes, localizado em Brusque, hoje conhecido popularmente como o Seminário de Azambuja (Kretzer, 2009).

A partir de então, os seminaristas catarinenses ficavam os primeiros anos no Seminário de Azambuja para em seguida serem transferidos para os grandes seminários filosóficos e teológicos brasileiros localizados em Viamão (RS), São Leopoldo (RS), Mariana (MG), Ipiranga (SP) ou algum outro seminário que os bispos pudessem julgar interessante.

A primeira etapa de formação seminarística (atualmente, estudos do ensino médio) ocorria em Azambuja, sendo que a inexistência de algum seminário diocesano próximo que tivesse os estudos filosóficos (segunda etapa) e teológicos (terceira etapa). Tal sistema ratificava o ideário de manter grandes seminários modelares, justificando a transferência dos seminaristas catarinenses para centros nacionais onde pudessem realizar a segunda e terceira etapa de formação.

Percebe-se, com isto, que a formação sacerdotal exigia a presença de poucos, mas grandes seminários, os quais pudessem recepcionar um grande número de

⁴ Dom João Becker foi bispo da Diocese de Florianópolis entre os anos de 1908 e 1912, quando foi promovido ao posto de arcebispo da Arquidiocese de Porto Alegre, a qual Florianópolis era sufragânea. Seu sucessor, Dom Joaquim Domingues de Oliveira, assumiu Florianópolis em 1914 e manteve a postura romanizadora presente na época. Durante minha pesquisa de campo, diversas vezes Dom Joaquim era lembrado tanto pelas suas exigências de tornar obrigatório o uso da batina quanto pelos comportamentos autoritários que mantinha com os demais membros do clero.

seminaristas, variando entre cem a duzentos e cinquenta jovens. Neste contexto, uma formação ao estilo tridentino, reavivada pelo movimento ultramontano, era imprescindível para que se mantivesse a ordem, a hierarquia e a obediência no processo de formação dentro desses grandes seminários⁵. E assim, até 1940 o Seminário de Azambuja representava um dos únicos caminhos para a formação sacerdotal diocesana em Santa Catarina.

Este panorama começa a mudar quando as já criadas Dioceses de Lages e Joinville conseguem fundar seus próprios seminários. O marco inicial da construção do seminário de Joinville ocorreu em 1937, quando é instalada uma estátua de Nossa Senhora de Salete no alto de um morro na comunidade de Ribeirão Grande, atual cidade de Salete. No entanto, a conclusão da construção veio ocorrer somente uma década depois, em 1949. Enquanto isso, em 1944, a diocese de Lages passou a acolher provisoriamente aproximadamente trinta seminaristas numa casa denominada de Pré-Seminário São Norberto, na cidade de Bom Retiro. Neste período os seminaristas de Lages aguardavam a conclusão da construção do Seminário Menor na cidade de Lages, que ocorreu em 1946 (Buss, 2005; Cândido, 2010).

Neste sentido, necessário observar que mesmo depois de criadas em 1927, tanto a diocese de Lages quanto a de Joinville optavam por enviar seus seminaristas para Brusque. Esta estratégia de formação centralizada em Azambuja perdurou praticamente por duas décadas, somente no final da década de 1940 é que se começa a descentralizar a formação dos padres no estado, através da criação do Seminário Nossa Senhora de Salete e do Seminário São Norberto.

Os padrões formativos do início do século XX pressupunham uma formação em massa e centralizada em poucos centros formativos. Tal fato justifica, por exemplo, a extensão dos projetos arquitetônicos do seminário de Azambuja, bem como do seminário de Nossa Senhora da Salete, os quais abrigavam uma média de cem a duzentos seminaristas.

Além disso, vale destacar que nesse modelo o recrutamento para ingresso nas casas formativas se dava na impessoalidade e distante das realidades sociais dos jovens.

⁵ Neste mesmo período as congregações religiosas, tanto masculinas quanto femininas, também optavam por criar casas de formação de grande porte e que pudesse abrigar dezenas de estudantes. As dioceses, neste viés, acabavam replicando o estilo de formação das próprias Congregações. Em relação aos dados e comparações ver: BOHN, Francisco; LONGEN, José (orgs.). *Vocações e vocacionados*. Blumenau/SC: 3 de maio, 2008.

Como havia poucos seminários, e os jovens que ingressavam geralmente moravam longe das casas formativas, ocorria que muitos acabavam ingressando sem ao menos saber o que exatamente era e muito menos sem conhecer previamente um seminário católico.

“Os anos de crise”: ressignificando o sacerdócio a partir da realidade social

Nem bem iniciava a formação das primeiras turmas de seminaristas pelos seminários recém-inaugurados e o sistema de formação pautado nas inspirações ultramontanas começava a ser questionado⁶. Para muitos, “a crise” estava instaurada! Segundo a obra autobiográfica intitulada *Memórias* de Dom Tito Buss (1926-2013), pode-se sintetizar o início dos anos de 1950 nos seguintes termos:

É conhecido que tempestades de outra ordem se abateram sobre a Igreja, também sobre os que exerciam o ministério sacerdotal. O número de desistências, também na filosofia e na teologia, passou a ser muito grande [...]. Em 1956, chegamos ao acontecimento consolador, que o primeiro grupo recebeu a batina e seguiu para o curso de filosofia em Viamão [...]. Era grande a esperança de um seminário modelar. Na época de que estou falando, já era um grande problema. Problema que só foi se agravando ao longo dos anos seguintes (Buss, 2005, p. 42-43).

Nesta passagem, Dom Tito Buss faz referência aos questionamentos que estavam sendo impostos aos seminários modelares. Ele, que havia estudado em Azambuja e cursado filosofia e teologia em Viamão (RS), estava naquele momento iniciando sua carreira como padre da então Diocese de Joinville. Mais especificamente, tinha sido designado para ser reitor do seminário recém-criado em Salete. Neste sentido, Tito Buss estava vivenciando de perto a transformação de um modelo ultramontano, no qual havia sido formado, para um modelo ainda indefinido e aspirante à Teologia da Libertação, da qual a maioria dos seus formandos estava aderindo.

⁶ A formação dos padres diocesanos está dividida em quatro etapas: a primeira é no Seminário Menor, período voltado para os estudos do ensino básico e que dura em média três anos; a segunda é no Seminário Propedêutico, enfatiza os estudos sobre a vida religiosa, é realizado em forma de internato e dura aproximadamente um ano; a terceira etapa é no Seminário Maior Filosófico, destinado ao curso de filosofia e dura aproximadamente três anos; por fim, a quarta etapa, diz respeito ao Seminário Maior Teológico, destinado aos estudos de teologia e dura em média quatro anos. Em média a formação de um seminarista dura 11 anos. Atualmente algumas dioceses optam por não abrir vagas nos seminários para estudantes de ensino médio, reduzindo a formação para 8 anos. Assim, as primeiras turmas a se formarem não mais por Azambuja, mas sim por Lages e Joinville, concluíram seus estudos somente após 1955.

Esta transição para um novo modelo de formação sacerdotal não ocorreu de forma harmônica, ao contrário, se tornou um campo de tensão e disputa entre o próprio clero e entre os seminaristas. Enquanto que uns apostavam no ultramontanismo como um modelo legítimo de formação e de vivência sacerdotal, muitos outros clérigos viam nas transformações sociais advindas com a industrialização uma oportunidade de aproximar a Igreja às reais necessidades do *povo*, necessidades estas que iam muito além da espiritualidade. Os próprios movimentos sociais passaram a cobrar um engajamento efetivo dos líderes religiosos, e o que significava *ser igreja* estava sendo posto questão, principalmente pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)⁷.

No âmbito teológico, a Teologia da Libertação configurou a entrada dessas reivindicações sociais para dentro da Igreja e uma profunda reflexão do que significa ser cristão a partir das realidades e desafios sociais. Havia, em última instância, a cobrança de uma nova identidade dos padres que deveria estar marcada pelo engajamento político-social. Obrigações como o uso da batina e a regra do celibato passaram a ser criticadas pelos religiosos que tentavam romper a distância existente entre os padres e o *povo*.

Além disto, enquanto os padres deixavam de ser lembrados na hierarquia da Igreja pelo Vaticano II, eram os *leigos* que ganhavam espaço não apenas de discussão, mas principalmente de participação efetiva e ativa nas atividades teológicas e pastorais (Serbin, 2008, 177).

Por outro lado, além dessas perspectivas teológicas sobre o sacerdócio, é necessário ressaltar que neste contexto também começava a existir a possibilidade dos jovens acessarem os estudos mais avançados sem necessariamente ter que entrar no seminário (Suaud, 1974). Com isto, a possibilidade de ascensão social que era um dos principais atrativos para ingressar no seminário ia perdendo sua força. Ademais, a própria industrialização já possibilitava novas formas de ascensão social e outros modos de negociação da herança da propriedade rural, tornando o seminário um elemento obsoleto perante as novas configurações sociais (Moura, 1978 e Grossi, 1990).

Ainda, o crescimento acentuado de novas opções religiosas através de outras Igrejas que se proliferaram no Brasil acentuou a crise de vocações entre os católicos,

⁷ Para uma melhor compreensão das Comunidades Eclesiais de Base em Santa Catarina e sua influência na transformação do modelo eclesial, sugiro conferir: LOCKS, Geraldo Augusto. *Grupos de família: "o modo de ser CEB's" em Lages, SC*. Tese. Departamento de Antropologia Social: UFSC, 2008.

que no fundo revelava também uma crise estrutural da Igreja Católica. As intensas aberturas de novas opções no universo religioso e as buscas pelo novo que perpassava os diversos ambientes católicos contribuíram para reforçar a crise do clero (Pierucci, 1999).

Se por um lado transformações institucionais, especialmente pós-Concílio Vaticano II, abriram possibilidades para questionamentos e críticas nos próprios quadros internos da instituição, certamente esta liberdade foi aproveitada pelos agentes (seminaristas, padres, religiosos) envolvidos na formação vocacional. Se por um lado, tanto no plano teológico-espiritual quanto no plano estrutural e pastoral, o Concílio era uma oportunidade de reafirmar e de renovar a influência da Igreja na sociedade através da sua adaptação às realidades de cada país (e não mais às necessidades de Roma), por outro lado, percebemos que a recepção do Concílio na Igreja brasileira aconteceu de modo contraditório.

Além da interpretação libertadora do concílio, sua influência na sociedade passou a acontecer de um modo complexo, considerando que novas instâncias de adaptação se mesclavam com as antigas atitudes clericais baseadas no controle e autoridade. E foram a partir dessas contradições, nesse campo de disputa entre os “romanizadores” e os “TL’s”⁸ que muitos intelectuais, assim como nativos, localizam as inúmeras desistências de padres da vida religiosa, bem como, a diminuição do número de ingressos nos seminários modelares.

Este período pós 1950, mas principalmente em 1960 com o Vaticano II, foi decisivo para colocar em questão os princípios romanizadores do processo formativo dos padres. Os próprios seminaristas passaram a cobrar uma postura mais engajada na vida política das *comunidades*, cobravam uma formação mais personalizada, e sugeriam que a formação deveria ocorrer em grupos de poucos seminaristas.

Atualmente, por exemplo, todos os seminaristas diocesanos são obrigados a fazerem *pastoral*, ou seja, durante os finais de semana eles se hospedam em casas de famílias católicas, e se inserem nas atividades de uma comunidade, auxiliam catequistas, ministros e, na ausência dos padres, presidem celebrações litúrgicas. Frisa-

⁸ A expressão TL’s não se refere unicamente aos Teólogos da Libertação. Em campo, era possível perceber que coisas, pessoas, rituais, hinos etc. eram caracterizados como TL’s caso enfatizassem a religião como símbolo de libertação da opressão. A expressão “opção preferencial pelos pobres” é até hoje citada no meio católico como forma por excelência da Igreja pôr em prática este viés libertador.

se que o engajamento atual é obrigatório para os formandos. No entanto, antes do Concílio Vaticano II, esta participação era terminantemente proibida. Nenhum seminarista poderia sair das casas de formação, muito menos ficar os finais de semana fora do seminário e participando da *vida em comunidade* junto às famílias católicas. Neste sentido, é esclarecedor o depoimento de Dom Tito Buss (2005, p. 28 e 58):

Anos mais tarde, quando eu era orientador do seminário maior, depois Bispo, expressivo grupo de estudantes fazia pressão: queriam trabalhar ao menos meio período. Temiam que dedicando o tempo integral aos estudos, ficassem alienados da realidade do mundo. Nunca entendi a mentalidade daquela gente! (p. 28). A abertura da Igreja trazida pelo Concílio Ecumênico Vaticano II irradiou para os seminários. Antes os seminários eram rigorosamente fechados. Qualquer saída do seminário para participar da vida pastoral de uma paróquia era proibida. (p. 58).

Conforme as considerações até agora explanadas, percebe-se que o sistema de formação ultramontano estava se desestabilizando. Mas, o fato de um sistema estar ruindo significa que as vocações também o estavam? A ineficiência de um modelo de formação estava colocando em questão a existência da vocação sacerdotal?

Repensando a crise: uma *síntese insatisfatória*

Se até 1950 a Igreja conseguiu manter êxito em sua política expansionista, a situação começou a se alterar com as transformações teológicas e pastorais advindas pós-Concílio Vaticano II. Esta segunda fase ficou caracterizada pelos números de desistências da vida religiosa e pelo esvaziamento dos seminários.

Contudo, em que pese as teorias sobre a crise vocacional, ao analisar o número de padres diocesanos no Brasil desde 1970, tem-se que estes em apenas três anos tiveram um déficit no quantitativo de sacerdotes. De acordo com o Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (Ceris, 2011), em relação aos padres diocesanos, somente em 1971, 1973 e 1977 houve registros de déficit no número de sacerdotes seculares. Já se compararmos com as congregações masculinas, na mesma década, praticamente todos os anos registraram diminuição no número de padres religiosos⁹. Ainda, enquanto que nas décadas de 1980, 1990 e 2000 o quadro de padres diocesanos

⁹ Por exemplo, em 1970, havia 5.040 padres diocesanos e 8.052 padres religiosos. Uma década depois, o número de diocesanos tinha aumentado para 5.159, enquanto que o número de religiosos tinha diminuído para 7.529 (*Anuário Católico do Brasil 2009/2010*, CERIS, 2011)

apenas aumentava, de outra banda, as congregações demonstravam dificuldades em manter o seu número de padres, uma vez que por diversos anos consecutivos continuavam sendo registrada a diminuição no número de sacerdotes religiosos.

A distinção entre padres diocesanos e padres religiosos (conferir nota 03 deste artigo) se torna imprescindível para compreender aquilo que se caracterizou como “crise vocacional”. Enquanto que entre os padres religiosos houve um número significativo de desistências, como se pode explicar o aumento consecutivo do número de padres diocesanos desde 1970?

Este questionamento fica ainda mais complexo se considerarmos que o número de católicos no Brasil diminuiu consideravelmente nos últimos anos. De acordo com o *Novo Mapa das Religiões* (FGV, 2011), a partir da década de 1970, enquanto o número de católicos que era de pouco mais 92% da população passa a diminuir consideravelmente chegando a pouco menos de 75% em 2009, tem-se que o número de padres diocesanos aumentou ano após ano, tendo praticamente triplicado o número de sacerdotes seculares desde 1970 até 2010. Neste sentido, retoma-se o questionamento: afinal, o que configuraria uma “crise vocacional” para os padres diocesanos neste período? O que justifica o aumento quantitativo no número de sacerdotes diocesanos? Em especial, como a Igreja Católica conseguiu articular o processo de formação para, além de manter, ampliar o quadro clerical?

A partir desses questionamentos, buscou-se investigar e problematizar como que em Santa Catarina a reprodução do clero diocesano foi possível, em detrimento do número de desistências dos homens e mulheres *de vida religiosa*. De modo geral, duas perspectivas se mostraram produtoras para pensar estas questões: a primeira, diz respeito à multiplicação do número de dioceses no estado catarinense e a consequente multiplicação do número de seminários menores, o que acabou influenciando as formas de recrutamento e possibilitou manter o número de ingresso de jovens nas casas formativas. A segunda se refere ao que o historiador Serbin (2008) denominou de “síntese insatisfatória”, ou seja, a Igreja buscou conjugar num mesmo processo de formação tanto elementos ultramontanos quanto elementos advindos com a Teologia da Libertação, dessa forma, conseguiu criar um modelo de formação que pudesse atender essas duas principais propostas formativas.

Conforme explicado anteriormente, na primeira metade do século XX, em Santa Catarina, existiam três dioceses: diocese de Florianópolis, criada em 1908, e as dioceses de Lages e Joinville, ambas criadas em 1927. Em relação à formação sacerdotal, até 1950, o Seminário Menor de Azambuja era responsável pela primeira etapa de todos os seminaristas catarinenses, os quais eram depois encaminhados para os seminários modelares filosóficos e teológicos presentes nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais.

Após 1950, inicia-se a discussão dentro da Igreja Católica da proposta de uma Igreja voltada às realidades sociais presentes em cada região, sendo que o Concílio Vaticano II ratifica esta postura de “se abrir à realidade do povo”, ou, conforme a frase atribuída ao papa João XXIII, “Quero abrir as janelas da Igreja para que possamos olhar para fora, e para que as pessoas possam olhar para dentro”.

Em termos institucionais, o que ocorre em Santa Catarina foi a multiplicação das dioceses, sendo que atualmente existe no estado dez dioceses. Com a criação de cada diocese, teve-se a criação de um Seminário Menor em cada uma delas. Dessa forma, o Seminário de Azambuja passou a se tornar obsoleto uma vez que os seminaristas de Florianópolis não chegavam a ocupar toda a sua estrutura. Enquanto que de um lado os grandes seminários passavam a “ficar vazios”, por outro lado, é preciso considerar que aumentou o número de seminários no estado. Durante a pesquisa de campo em 2010, foi possível perceber que nos seminários menores a média de seminaristas era de 20 por diocese. Em última análise, o que mudou é uma perspectiva qualitativa da formação, com a formação de grupos menores, e nem tanto quantitativa.

A configuração vigente com os grandes seminários se modificou paulatinamente com a exigência dos seminaristas e parte do clero por um novo modelo de formação sacerdotal que inserisse os padres na realidade social. Dessa forma, principalmente a partir da década de 1960, os seminaristas iniciaram um processo no qual buscavam uma formação religiosa a partir de “pequenas comunidades” que se inserissem nas grandes comunidades católicas. Semelhantemente aos padres rurais franceses, estudados por Suaud (1974), estes seminaristas criavam um estilo de vida onde tentavam conciliar trabalho, estudos e atividades pastorais. Aqui, a criação de um seminário por diocese conseguia conjugar os interesses dos seminaristas com os interesses da Igreja em continuar ordenando sacerdotes.

Outro aspecto importante está na independência administrativa da Igreja catarinense ao conseguir a criação da CNBB Regional Sul IV. Até 1969 todas as dioceses catarinenses dependiam da CNBB Regional Sul III (Rio Grande do Sul) para as tomadas de decisões quanto à administração eclesial, inclusive do processo formativo dos padres. Com a independência administrativa efetivada em 1970, seguindo a tendência do vaticano II de conceber a Igreja em células menores, as referidas dioceses passam a se articular entre si para, além da formação inicial através dos Seminários Menores, criarem um Seminário Filosófico e um Seminário Teológico na própria região, a fim de não mais dependerem de outros estados e, principalmente, a fim de conseguir sistematizar uma formação com diálogo com a realidade social catarinense.

Em 1973, uma parceria entre as dioceses, junto com a Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus - também conhecidos como Dehonianos - e a Prefeitura Municipal de Brusque (SC), possibilitou a criação da Fundação Educacional de Brusque - Febe, hoje denominada Unifebe -, a qual passou a oferecer os cursos de Estudos Sociais e de Filosofia. Aos poucos, as dioceses catarinenses começaram a enviar seus seminaristas novamente para Brusque, mas agora não para cursarem o ensino médio no Seminário de Azambuja, e sim a graduação em filosofia. Com isto, em 1981 foi finalizada a construção do Seminário Filosófico de Santa Catarina (Sefisc), o qual foi projetado para abrigar os seminaristas diocesanos que eram encaminhados à Brusque para cursar filosofia.

Inicialmente, o Sefisc foi criado para atender seis dioceses, uma vez que à época de sua fundação inexistiam as dioceses de Criciúma e Blumenau, criadas em 1998 e 2000 respectivamente. Ademais, enquanto que a Arquidiocese de Florianópolis já tinha o Seminário de Azambuja em Brusque, a diocese de Chapecó, criada 1958, optou por continuar enviando seus seminaristas para o Rio Grande do Sul, dada a distância da sede da diocese, em Chapecó, e do Sefisc, em Brusque.

Assim, pensando em manter uma formação personalizada para cada uma das seis dioceses, o Sefisc foi arquitetonicamente estruturado em três construções independentes. Cada andar de cada bloco serve de *casa* para cada diocese. Além destas *casas*, há uma construção maior, a *casa central* e que é utilizada em comum por todos os seminaristas. Nessa *casa central* há um refeitório, capela, biblioteca, sala de estudos, sala de atendimento psicológico, secretaria e recepção. Praticamente reproduzindo os

mesmos espaços das *casas* menores, esta construção maior cria a possibilidade de reunir todos os seminaristas para desenvolver atividades em conjunto.

Se por um lado o Sefisc possibilita pensar as “pequenas comunidades” desejadas pelos seminaristas pós-concílio, por outro lado, não se perde a característica de um grande seminário, ao manter dezenas de jovens sob o mesmo sistema formativo em um único ambiente. As atividades diárias como refeições, estudos, missas, são exemplos de como se articulam a concepção de “pequenas comunidades” e o grande número de seminaristas. Assim, por exemplo, no Sefisc há dois tipos de refeitórios, o da *casa central* que era para uso coletivo no mínimo uma vez ao dia, e os refeitórios de cada *casa* pertencente a cada diocese, para as refeições em “pequenos grupos”. Esta mesma realidade se repete nos momentos de orações, existem momentos no Sefisc em que as orações são feitas com todos os seminaristas juntos, na capela mor edificada no piso superior ao do refeitório coletivo, e outros momentos em que elas são realizadas em “pequenos grupos”, nas pequenas capelas criadas dentro de cada andar das três construções independentes¹⁰.

Com a multiplicação de dioceses e de seminários menores, com criação do Sefisc, com transformação no recrutamento de jovens o qual passou a se dar de forma mais personalizada e com uma relação mais próxima entre os padres e as famílias desses jovens, é a partir desse contexto que “a Igreja forjou uma síntese insatisfatória dos modelos pré e pós-Vaticano II” (Serbin, 2008, p. 294).

Esta síntese pode ser entendida quando, de um lado, muitos elementos dos seminários ao estilo tridentino permaneceram, isto através da reafirmação da hierarquia do sacerdócio na Igreja, tornando o seminário imprescindível para a mesma. Mas por outro lado, adotaram-se muitos elementos que surgiram nos anos de crise das vocações como a implementação de estudos acerca da realidade social brasileira; a adaptação dos estudos filosófico-teológicos ao contexto em que cada seminário estivesse inserido; a educação sexual e psicológica como elementos fundamentais para a formação humano-afetiva; e, a organização dos seminários que passou a operar com a descentralização dos

¹⁰ Em relação à última etapa formativa, referente ao curso de Teologia, atualmente o mesmo é realizado em Florianópolis pela Faculdade Católica de Santa Catarina (Facasc, antigo Instituto Teológico de Santa Catarina – Itesc). Em Florianópolis, apesar da Faculdade receber todos os seminaristas diocesanos, estes ficam alojados em casas separadas e administradas por cada diocese. Neste sentido, se privilegiam as “pequenas comunidades” uma vez que o número de seminaristas por diocese, morando em uma mesma casa, dificilmente ultrapassa a 10. Diferente do Sefisc que, em 2010, tinha mais de 50 seminaristas.

estudos seminarísticos e a criação de pequenas comunidades de seminaristas que contavam com apenas um ou dois padres para o acompanhamento. Além disto, passou-se a enfatizar o trabalho pastoral, mas desde que fossem acompanhados pela direção espiritual feita por padres capacitados para tal. São esses alguns dos fatores que formaram a atual configuração dos seminários.

Em Santa Catarina, esta síntese entre o sistema ultramontano e um sistema inspirado na Teologia da Libertação pode ser percebido pela criação dos seminários menores para cada diocese. O recrutamento realizado pelos padres reitores desses seminários também passou a se dar de forma mais pessoalizada, onde o padre geralmente visita as famílias dos possíveis candidatos a seminarista. Esses jovens são convidados a passarem alguns dias nos seminários a fim de conhecer a estrutura e “experimentar a vida sacerdotal”. Ao ingressar, os então seminaristas menores cursam o ensino médio em escolas públicas, o que favorece o contato com a realidade local, recebendo, por outro lado, reforço escolar com aulas particulares dentro do próprio seminário.

Em relação ao Seminário Filosófico (Sefisc), tem-se que este foi projetado para receber praticamente todos os seminaristas diocesanos num mesmo ambiente de estudos, mas agora localizado no próprio estado. Ainda na filosofia, durante a semana eles são obrigados a ficarem em internato, sendo que as saídas do seminário são altamente controladas pelos padres. Por outro lado, nos finais de semana os seminaristas vão para as comunidades católicas de Brusque e lá passam os finais de semana hospedados nas casas de famílias católicas e auxiliam nos eventos religiosos de cada comunidade.

Considerações finais

A proposta deste trabalho foi questionar a existência da “crise vocacional” e ao que ela se refere. Num primeiro momento, expôs-se a formação das primeiras dioceses no estado catarinense, bem como a construção do primeiro seminário católico destinado à formação de padres diocesanos. Projetado com base nos princípios do movimento ultramontano, a formação sacerdotal até 1950 era baseada na existência de poucos, mas grandes seminários que buscavam reunir jovens provindos de várias regiões do estado.

A formação em si era baseada nos princípios da hierarquia, obediência e ordem, sendo altamente projetada para princípios e realidade interna Igreja.

Em um segundo momento, enfatizando o papel dos movimentos sociais, o surgimento da Teologia da Libertação, e principalmente com a abertura às realidades sociais proposta pelo Vaticano II, demonstrou-se alguns dos questionamentos ao modelo ultramontano passou a ruir. A este contexto muitos autores se referem como o período de crise das vocações, a qual é descrita pelo número de desistências de padres e esvaziamento dos seminários católicos.

Contudo, ao observar dados censitários, tem-se que desde 1970, o número de sacerdotes diocesanos vem aumentando ano a ano. Fazendo esta distinção crucial entre diocesanos e religiosos, e observando a reestruturação da Igreja em Santa Catarina, é possível perceber que a multiplicação no número de dioceses, e o conseqüente aumento de número de seminários menores, foi uma das estratégias utilizadas para manter o número de padres. Não mais enfatizando o modelo dos poucos e grandes seminários, a lógica da formação passou a ser o das “pequenas comunidades” de seminaristas distribuídas em diversas regiões. Além disso, a independência administrativa e a construção do Seminário Filosófico em Brusque (Sefisc) foram decisivos para a Igreja catarinense conseguir trazer para o próprio estado as últimas etapas da formação, construindo o processo formativo em diálogo com a realidade social da região.

A tentativa para manter o número de ordenações sacerdotais foi conjugar o sistema ultramontano com os princípios libertadores da TL, sendo tais elementos presentes até hoje no processo de formação dos seminaristas catarinenses. Nesta perspectiva, torna-se possível pensar que a crise vocacional entre os padres diocesanos está muito mais relacionada às questões de identidade colocadas pelos movimentos sociais e pelo próprio Vaticano II, e reflete muito pouco sobre o número de padre nos quadros clericais de cada diocese. Em última instância, ao se afirmar uma “crise vocacional” após Vaticano II é preciso estar atento muito mais aos aspectos qualitativos das vocações, em especial as distinções entre religiosos e seculares, devendo-se evitar reduzi-la a aspectos quantitativos.

Referências bibliográficas:

ALVES, Elza Dautenbach. 2005. *Nos bastidores da cúria: desobediências e conflitos relacionais no intraclero catarinense (1892-1955)*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

AZZI, Riolando. 1992. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Edições Paulinas.

BUSS, Tito. 2005. *Memórias*. Rio do Sul/SC: Nova Era.

CÂNDIDO, Marcondes da Silva *et all.*. 2010. *Santa Catarina em números*. Florianópolis: Sebrae/SC.

CERIS. *Anuário Católico do Brasil*. São Paulo: Promocat, 2011.

DELLA CAVA, Ralph. 1975. “Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro – 1916/1964” em *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 12, p. 5-52.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. 2011. *Novo mapa das religiões*. Coordenação de Marcelo Cortês Neri. Rio de Janeiro: FGV.

GROSSI, Miriam Pillar. 1995. “Conventos e celibato feminino entre camponesas do sul do Brasil” em *Horizontes Antropológicos*, Florianópolis, n. 7.

_____. 1990. “Jeito de freira: estudo antropológico sobre a vocação religiosa feminina” em *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (73): 48-58, maio.

KRETZER, Altamiro Antônio. 2009. “Seminário Católicos: escolas cristãs modelares” em *Revista Brasileira de História das Religiões*, ano I, nº 3, jan.

MICELI, Sérgio. 1988. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MOURA, Margarida M. 1978. *Os herdeiros da terra*. São Paulo: Hucitec.

PIERUCCI, Antonio Flavio. 1999. “Sociologia da Religião Área Impuramente Acadêmica”, em MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Ed. Sumaré: ANPOCS; Brasília: CAPES. Volume 2 : Sociologia

SERBIN, Kenneth P. 2008. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia. Das Letras.

SUAUD, Charles. 1974. “Contribution à une sociologie de la vocation: destin religieux et project scolaire” em *Revue française de sociologie*.